



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

10. ELEIÇÕES

RIO DE JANEIRO, 30 DE SETEMBRO DE 1965.
NO PALACIO DAS LARANJEIRAS, SOBRE AS
ELEIÇÕES DE 3 DE OUTUBRO.

Ao aproximar-se a convocação do eleitorado de onze Estados para a escolha de seus Governadores, considerei dever dirigir ao País palavras de confiança e tranqüilidade.

É este, sem dúvida, um passo marcante da Revolução. Realizado pelo povo, com integral apoio das Fôrças Armadas, foi o Movimento de 31 de março inspirado pelo ideal democrático, gravemente ameaçado pela subversão e pela corrupção, que, unidas, tentavam varrer do Brasil a liberdade e a ordem jurídica. Estivemos mesmo às portas da anarquia, somente evitada graças à Revolução democrática, que mobilizou toda a nacionalidade. Hoje, decorrido menos de ano e meio e numa inequívoca demonstração de fôrça e fidelidade aos princípios que a inspiraram, a Revolução chama às urnas milhões de brasileiros. E do que tem sido o clima de segurança, de ordem e de respeito à propaganda, não há melhor testemunho do que o ambiente de normalidade em que transcorrem as campanhas, a despeito, aqui ou ali, da desenvoltura de alguns candidatos ou de seus correligionários.

Entretanto, para desespero dos que tanto almejavam podê-las exibir no estrangeiro, não há vítimas, nem intolerância governamental a registrar. Por vêzes poder-se-á assinalar exaltação, mas ninguém se terá sentido temeroso em consequência de opiniões emitidas. Tudo numa prova de que, em que pese as falsas notícias impatrioticamente veiculadas no exterior, estamos numa efetiva democracia. Os fatos desmascaram os detratores. E é a tal circunstância que devemos o crescente respeito de outros povos livres e a continuada afluência de recursos estrangeiros, que se

incorporam ao nosso desenvolvimento, certos de encontrarem a segurança de um país organizado em bases democráticas e jurídicas.

Deve, pois, ser motivo de orgulho para todos considerarem que, em tão breve espaço de tempo, e apesar da ingente tarefa de recuperação econômica e financeira a que se teve de entregar o Governo, freqüentemente exigindo enormes sacrifícios civicos dos brasileiros, pôde o Movimento de 31 de março sentir-se suficientemente forte para, de maneira espontânea, livre de qualquer pressão, convocar o povo para o nobre embate das urnas, inseparável de uma autêntica democracia.

Por isso mesmo, sem fugir ao que lhe competia fazer quanto ao afastamento dos inelegíveis nos termos das leis de iniciativa da Revolução, o Governo não interveio na escolha dos partidos. Adotou, assim, uma atitude que, não sendo de omissão ou desinteresse, representa o acatamento e respeito às organizações partidárias locais, a cuja responsabilidade ficou a indicação dos candidatos.

É certo, e o fato não nos surpreende, que tal comportamento animou oportunistas, do mesmo modo que aliciou corruptos e subversivos. Em tôrno de uns e de outros estamos presenciando a polarização de elementos de tôda a sorte. E até alguns afastados pela Revolução imaginam encontrar no voto dos menos avisados ou na ânsia de somar dos candidatos, os degraus para voltarem a postos dos quais foram despejados em nome da moralidade ou da segurança nacional. Inevitavelmente, é o preço a ser pago, em qualquer parte, pelo regime democrático. Contudo, pelos seus aspectos benéficos, e não por aquêles, é que o deveremos julgar e apoiar. Temos mesmo segura confiança de que, afinal, os fatos não justificarão os receios dos temerosos das conseqüências da democracia, e muito menos as veleidades dos que acreditam serem as eleições porta aberta para união dos piores em volta de um desesperado revanchismo. Estes subestimam a sensibilidade política do povo, e nós a temos em alto apreço.

Deve, entretanto, ser ressaltado que, pela própria natureza local, circunscrito cada pleito aos limites e interesses estaduais, não nos deparamos com uma eleição nacional para julgamento da

Revolução. E muito menos estamos diante de um pleito em que esta possa ser atingida ou comprometida. Até por que aos que vierem a alcançar a preferência do eleitorado, e, portanto, serão empossados, tocará o indeclinável dever de respeitarem a vontade popular da Nação, hoje representada pelo Govêrno e pelos ideais revolucionários. As instituições democráticas serão praticadas e defendidas e o destino da Revolução inelutavelmente salvaguardado. Enganam-se, portanto, os que porventura imaginem poder transformar-se em centro de apoio ou estímulo à subversão ou à corrupção à sombra de um resultado eleitoral. Nesse particular, podem estar tranqüilos os revolucionários: jamais admitiremos que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis, e capazes de comprometerem a continuidade da Revolução. Esta, estejam certos os brasileiros, não se deterá. E não se deterá por estar bastante forte e suficientemente vigilante para reprimir quantos ensaiem, por qualquer modo, mudar os rumos do País, hoje em busca da ordem, do progresso e do bem-estar de todos os cidadãos.

Ao concluir estas palavras, especialmente dirigidas aos que irão em pouco exercer o direito do voto, em onze Estados, faço-o para reafirmar a confiança do Govêrno na sensibilidade dos brasileiros. Êstes, como é de nossa tradição, sabem que a paz e a prosperidade por todos almejadas, e pelas quais já tantos sacrifícios fizeram, não serão levantadas sôbre a paixão dos que insistem em se voltar para o passado, e sim sôbre o trabalho, a seriedade e o civismo dos que, desassombradamente, se voltam para o futuro.